

# Resenha

## Book review

Guerra, Abolicionismo e o Nascimento do Pragmatismo  
*War, Abolitionism, and the Birth of Pragmatism*  
Cassiano Terra Rodrigues<sup>1</sup>

MENAND, Louis. *The Metaphysical Club: A Story of Ideas in America*. New York: Farrar, Straus, and Giroux, 2001.

O livro de Louis Menand, *The Metaphysical Club: A Story of Ideas in America*, ganhador do Prêmio Pulitzer de História nos Estados Unidos da América, em 2002, dá uma interpretação do nascimento e dos impulsos básicos do pragmatismo que certamente pode se tornar muito influente. Talvez a principal corrente filosófica dos EUA até hoje, o pragmatismo deve seu nascimento à conjunção das idéias de vários pensadores: Charles *Santiago* Sanders Peirce, William James e John Dewey são somente os mais famosos, e quase que só entre os filósofos, mas podemos também contar os nomes de Nicholas St. John Green, Chauncey Wright e Oliver Wendell Holmes, Jr., entre os fundadores do “Clube Metafísico” onde surgiu o pragmatismo. O objetivo do livro é descrever como a vida cultural dos EUA ressurgiu renovada depois da Guerra Civil, seguindo a trilha das vidas de quatro pessoas vitais para tal *risorgimento*: Holmes, Peirce, James e Dewey.

Menand faz duas afirmações, no mínimo, controversas. A primeira é que o ponto de partida para a compreensão do pragmatismo como um movimento filosófico está em entender que ele surgiu como resposta à Guerra Civil nos EUA. Essa é a chave para entender porque o pragmatismo surgiu quando surgiu, mas não somente; também informa uma interpretação mais geral do pragmatismo, que o entende como uma busca democrática de soluções pacíficas para conflitos das mais diversas naturezas. A segunda afirmação é mais específica e muito mais surpreendente do que a primeira: para Menand, o impulso fundamental do pragmatismo veio de uma atitude *contrária* ao abolicionismo, uma verdadeira *rejeição* do movimento abolicionista nos EUA, tanto de suas políticas específicas quanto de seu espírito geral. Determinante para o argumento é a caracterização de Holmes. Grande parte da justificativa para essas duas afirmações decorre dessa caracterização e da alegação de que as opiniões de Holmes foram essenciais para o pragmatismo, porque influenciaram todos os outros pensadores do movimento.

Um primeiro problema com a abordagem de Menand está em entender o pragmatismo como um movimento filosófico, isto é, que seus membros tinham consciência de que ele *era* um movimento filosófico. Essa é uma questão sobre a qual os estudiosos não chegaram, até hoje, a um consenso. Há quem considere o pensamento pragmatista pelos temas comuns de seus pensadores; há quem diga que as diferenças

---

1. Doutorando em Filosofia na PUC-SP, bolsista da CAPES e membro do Centro de Estudos do Pragmatismo. *E-mail*: casterod@ig.com.br.

entre eles são irreduzíveis, não havendo uma continuidade característica de um movimento filosófico, mas apenas pensadores distintos com pouco mais em comum do que a época e o lugar onde viveram. Mas não tenhamos a pretensão de responder a essa discussão agora; fiquemos com o livro de Menand<sup>2</sup>.

Há maneiras e maneiras de abordar o livro. Por um lado, pode-se afirmar que os retratos de cada uma das personagens apresentados por Menand são distorcidos; entretanto, isso não o impede de levantar questões interessantes e, muitas vezes, inovadoras, sobre a relação de seus pragmatistas com o movimento abolicionista. Por outro lado, são perturbadoras as afirmações de uma tensão entre pragmatismo e abolicionismo, histórica ou filosófica, encontradas no texto. O pragmatismo pode ser pensado, sim, e com grande interesse, como uma maneira de solucionar conflitos, uma maneira de evitar a violência. Mas a releitura feita por Menand das origens histórico-políticas do movimento, sob tal ótica, é deveras enviesada.

## 1. Guerra e pragmatismo

Uma grande virtude do livro de Louis Menand é tratar das relações entre filosofia e guerra. Talvez surpreendentemente para alguns, o assunto que esteve na pauta do dia durante muito tempo do século XX tem agora, no início do século XXI, seu interesse renovado. A discussão de Menand, só por isso, já é digna de nota.

A influência da Guerra da Secessão sobre o pragmatismo é assunto pouco discutido, porém. Por exemplo, podemos citar dois autores: Philip Paul Wiener discute-a brevemente no primeiro capítulo de seu livro *Evolution and the Founders of Pragmatism*, de 1949; e Bruce Kuklick, em *The Rise of American Philosophy: Cambridge, Massachusetts, 1860-1930*, de 1977, nota a importância da guerra diversas vezes, particularmente como fator de descrédito para um tipo de otimismo unitarista dominante antes da guerra. Esses são dois livros aos quais Menand reconhece especial relevância [p. 448].

As afirmações de Menand, contudo, não se resumem a isso: “A guerra sozinha não tornou moderna a América, mas a guerra marca o nascimento da América moderna” [p. ix]. A Guerra Civil dos EUA, para Menand, não só “varreu a civilização escravocrata do Sul” como também “varreu junto quase toda a cultura intelectual do Norte” [p. x]. O movimento intelectual que substituiu aquela cultura mais antiga e que, conjuntamente, enfrentou os desafios trazidos pela guerra foi o pragmatismo, que Menand caracteriza como “um movimento de pensamento que cresceu a partir da experiência da Guerra Civil” [p. 438].

- 
2. Há diversos autores que o leitor pode consultar sobre a história do pragmatismo. Neste mesmo volume, o artigo de Sandra Rosenthal defende o pragmatismo como um movimento; já o de Kelly Parker defende a especificidade do pensamento de Peirce. Se o leitor quiser maiores detalhes sobre a discussão, poderá consultar, ainda, de Howard Mounce, *The Two Pragmatisms: From Peirce to Rorty*, e a coletânea *Classical American Pragmatism: Its Contemporary Vitality*. Todas as referências bibliográficas completas são dadas ao final do texto.

A idéia de que a Guerra Civil entre Norte e Sul marca o nascimento da moderna nação dos Estados Unidos da América não é de Menand<sup>3</sup>; a ênfase do livro de Menand sobre a Guerra Civil é notável por outra razão. Ele não tergiversa e vai direto ao ponto:

[...] o resultado da Guerra Civil foi uma validação, tal como Lincoln esperara que fosse, do experimento americano. Exceto por uma coisa, a saber, que as pessoas que vivem em sociedades democráticas supostamente não devem resolver seus desentendimentos matando-se umas às outras [p. xl].

Esse é o fato que fez daquela guerra um trauma tão profundo. Embora a importância da Guerra da Secessão para o desenvolvimento dos EUA seja amplamente reconhecida, a teoria política liberal, ou mesmo a teoria política em geral, passa por cima do assunto quando tenta dizer em que consiste o liberalismo. Talvez o melhor exemplo para o que se quer aqui indicar seja John Rawls. A concepção de Rawls de “liberalismo político” considera a tradição liberal anglo-americana orientada para a superação do tipo de conflito civil que surge, por exemplo, nas guerras religiosas. O fato de a Guerra de Secessão ter surgido em uma nação liberal indica algo de podre, e não apenas no reino da Dinamarca. Fundamentado na idéia de liberdade negativa, isto é, na idéia da liberdade do indivíduo independentemente de coações sociais, o liberalismo tenta explicar como as pessoas podem conviver apesar de suas diferenças sem se matar umas às outras<sup>4</sup>. Ora, como dar conta do fato, então, de que os quase 80 anos do primeiro grande experimento do mundo de uma democracia liberal não apenas parecem haver se dissolvido numa guerra civil, mas também que essa guerra foi *consequência* desse liberalismo? E não foi uma guerra qualquer: sem precedentes em ferocidade e violência, por várias razões a precursora das guerras mundiais do século XX, literalmente dividiu o país em duas partes, a União e os Confederados, com uma perda da qual até hoje se ressentem os perdedores. Pode-se argumentar que nem todo o país vivia em um regime liberal, e isso é verdade. Mas, como diz o próprio Menand, “por mais de trinta anos, um forte governo central protegeu e promoveu a ascendência do capitalismo industrial e da maneira de vida associada a ele — a maneira de vida a que chamamos ‘moderna’ [p. xl]”.

Por certo, uma teoria liberal que queira ter algum crédito tem de considerar o problema: como pôde o liberalismo dos EUA ter falhado tão dramaticamente, como projeto político de sociabilidade, no século XIX? Segundo a visão de Menand, o pragmatismo não ignorou a questão e, nisso, fundamenta suas respostas às experiências históricas e aos problemas que elas engendram.

---

3. Dentre muitos outros, James McPherson é um dos historiadores que mais defende esse ponto de vista. Cf., por exemplo, seu *Civil War and Reconstruction* e seu *Battle Cry of Freedom: The Civil War Era*. Este livro é citado por Menand, p. 449.

4. Cf. a respeito: RAWLS, John. *Political Liberalism*; sobre a liberdade negativa, cf., por exemplo: BERLIN, Isaiah: *Four Essays on Liberty*.

## 2. Holmes e certas sutilezas

Na página 440 de seu livro, Menand afirma:

Holmes, James, Peirce e Dewey desejaram trazer idéias e princípios e crenças para um nível humano, porque desejaram evitar a violência que viram escondida em abstrações. Essa foi uma das lições que a Guerra Civil lhes ensinou. O sistema político que a sua filosofia estava planejada para sustentar era a democracia.

Embora haja quem não aceite a democracia, esta é, ainda assim, uma posição válida. Mas pode não ter sido a dos pragmatistas de Menand — e, no caso de Holmes, parece mesmo que não era. Se olharmos para Holmes com olhos diferentes dos de Menand, veremos que ele não só era um defensor da guerra como também acreditava na inevitabilidade, e não na impropriedade, do triunfo da violência. Usemos os óculos de Edmund Wilson, especialmente os de seu livro *Patriotic Gore— Studies in the Literature of American Civil War*; aliás, não citado por Menand. Nesse livro há um capítulo sobre o juiz Holmes, onde está citada uma carta sua a Frederick Pollock: “Eu odeio a guerra [*I loath war*]”, diz Holmes, porque a guerra não passa de “uma chatice organizada [*an organized bore*]”<sup>5</sup>. As razões do juiz Holmes para se odiar uma guerra estão mais ligadas ao tédio burocratizado do que às mortes e à destruição. Difícilmente um pacifista endossaria tais razões.

Pelo perfil apresentado por Wilson, muito ao contrário de encarar a guerra como um mal execrável, talvez Holmes a considerasse até mesmo como algo desejável para a virtude pessoal. “The Soldier’s Faith”, talvez o mais popular de seus escritos em prosa, é uma *glorificação* escancarada da guerra e uma severa censura daqueles “moralistas e filósofos” que “declaram que a guerra é perversa, tola e deve logo desaparecer”. Na verdade, Holmes não constituiria um modelo de pragmatista pacifista, mas um verdadeiro apologista da força. Naquela mesma carta a Frederick Pollock, ele ainda afirma:

Penso que o valor sagrado da vida humana [*sacredness of human life*] é um ideal puramente municipal sem validade fora da jurisdição. Acredito que a força, tão mitigada quanto possa ser pelas boas maneiras, é a *ultima ratio* e, entre dois grupos que desejem construir espécies inconsistentes de mundo, não vejo outro remédio, exceto a força<sup>6</sup>.

O relativismo de Holmes é muito radical: se não há absolutos, não há padrões determinados para estabelecer o que é certo e o que é errado e, no fim das contas, quem decide qualquer questão é a força. É inevitável, então, que no final, a força impere.

O retrato de Holmes oferecido por Menand, entretanto, é muito diferente. Segundo Menand, Holmes aprendeu com a guerra que a certeza leva à violência. E segundo ele, isso pode ter “uma aplicação fácil e uma difícil” [p. 61]. A aplicação fácil é na crítica às ideologias, às posições estritas e aos dogmatismos. A “aplicação difícil”, ficamos sabendo, envolve o fato de que para Holmes: (a) uma crença na certeza é inevitável; e (b) é com frequência desejável; porque (c) “partir para a briga [*taking up arms*]” é com frequência desejável. É difícil não concluir que a “aplicação difícil” se refere ao fato de

5. *Apud* WILSON, E. *Patriotic Gore*, p. 764.

6. *Idem*.

que Holmes *de fato* não sustentava as opiniões que Menand geralmente atribui a ele. Holmes, assim, parece estar mais longe do pragmatismo do que quer Menand – ele era um *desafio* para o pragmatismo, e não uma *inspiração*.

Mas como, então, o pragmatismo respondeu à guerra? Qual foi a influência da guerra sobre o pensamento dos pragmatistas?

Há muitas maneiras de responder a uma pergunta assim. William James, por exemplo, como bem indica Menand, reflete essa influência em diferentes níveis. Primeiro, de maneira muito sutil: nos escritos de James abundam metáforas e imagens militares<sup>7</sup>; segundo, de maneira direta e certamente não sutil: ele mesmo recusou o alistamento militar.

De maneira geral, a questão metafísica da relação entre a unidade e a multiplicidade, entre o universal e o particular, pode ser vista, numa perspectiva política, como o da relação entre a União e os diversos Estados, por exemplo. Nos escritos de Peirce, por exemplo, é fácil encontrar essa tensão entre “um” e “muitos”: “signo” é o conceito de *uma* relação formal de *representação* entre *três* termos que podem assumir *várias* funções lógicas, dependendo do contexto em que possam ser interpretados. Seria ingênuo pensar na neutralidade política dessas questões. Formulando-as de outra maneira, é possível ver o quão sugestivas elas podem ser: o que significa ser simultaneamente um e separado? Como é possível a um conceito qualquer ser um e representar muitos? Para Peirce, essas questões podem ser respondidas pela lógica, pois essa é a ciência que estuda a expressão dos pensamentos em signos e conceitos. Formal e dedicada ao exame de expressões, a lógica, entretanto, está baseada na ética, porque “*raciocinamos* sobre o que *aconteceria*” *de fato* — Peirce não acreditava na idéia de uma lógica sem ligação alguma com questões vitais:

Lógica é a crítica do pensamento consciente, conjuntamente análoga ao autocontrole moral; e assim como o autocontrole nunca pode ser absoluto, mas deve deixar alguma coisa não controlada e não reprimida agir por impulso primário, assim também a crítica lógica nunca pode ser absoluta, mas sempre deve deixar alguma coisa não criticada e não reprimida [EP 2: 169].

Ora, a partir dessas questões nada ingênuas, Peirce podia muito bem, se quisesse, questionar a legitimidade do sistema representativo dos Estados Unidos: é possível a *uma* ou a algumas *poucas* pessoas *representar* muitas? A União dos Estados Americanos é uma abstração. O poder central que se estabeleceu em Washington ficou mais forte depois da Guerra, e organizou-se gradualmente cada vez mais em nome dessa abstração. A citação de Peirce é de 1903; ele já tinha o distanciamento histórico necessário para poder ver claramente o estrago que a pretensão de controle racional absoluto podia causar.

Esse tipo de opinião poderia ser utilizado por Menand para indicar a aversão pragmatista a certezas absolutas, sem cair, entretanto, no relativismo de um jogo de forças cego e despropositado<sup>8</sup>. Na verdade, seria muito mais correto supor que o

7. Cf. *The Will to Believe and Other Essays in Popular Philosophy*, *passim*.

8. Com efeito, muito do que Peirce escreveu sobre as “ciências normativas” (estética, ética e lógica) pode ser visto como uma resposta aos radicalismos da guerra — uma resposta, fundamentalmente, a todo e qualquer tipo de dogmatismo. Cf. PARKER, Kelly. “Reconstructing the Normative Sciences”, neste mesmo volume, sobre Peirce e alguns pontos do livro de Menand.

pragmatismo pode ser visto com uma tentativa de evitar um ceticismo do tipo do de Holmes, por exemplo, tentando mostrar como tal ceticismo leva, inevitavelmente, à guerra.

Menand não considera, todavia, caminhos mais sutis pelos quais a guerra pode influenciar pensamentos. Para ele, pode-se resumir a relação do pragmatismo com a guerra de maneira simples. A questão fundamental é acerca da natureza das idéias: *certeza* e a *abstração* podem levar à violência; assim, se quisermos evitar uma carnificina, tal como aquela que aconteceu na Guerra da Secessão, é mister inventar uma nova maneira de pensar as nossas idéias, desistindo de dar-lhes um estatuto transcendental e afastado do fluxo da experiência. O problema está em que a idéia de que a certeza leva à violência, ele a atribui a Holmes, para depois a estender a Peirce, James e Dewey. E, como vimos anteriormente, Holmes não era tão parecido com Peirce, James e Dewey quanto Menand quer supor.

### 3. Abolicionismo vs. fanatismo: qual pragmatismo?

Resta analisar a segunda afirmação de base de Menand, a de que o pragmatismo nasceu como uma refutação do movimento abolicionista, uma rejeição específica dos métodos e do projeto abolicionista. Menand justifica sua tese basicamente em duas idéias, quais sejam: (a) os abolicionistas eram fanáticos radicais, capazes de cometer assassinatos atroz para defender seus ideais; e (b) foram esses seus atos irracionais, impulsivos e radicais, ocasionados pela crença em ideais abstratos, que levaram o país à guerra.

Menand está equivocado *ab ovo*. Nenhuma dessas idéias é verdadeira absolutamente. O primeiro problema é com a tipificação de um estereótipo de abolicionista. O modelo com base no qual Menand caracteriza o movimento abolicionista é John Brown, um abolicionista fanático que assassinou, a golpes de cutelo, cinco colonos favoráveis à escravidão, no Kansas, em 1856. A sua fotografia é a primeira do livro de Menand, na página 2, como se servisse de epígrafe ao capítulo 1, “The Politics of Slavery”.

Entretanto, é errado supor que *todos* os abolicionistas estadunidenses daquela época fossem fanáticos e violentos como Brown. O movimento abolicionista foi um movimento de luta contra a instituição racista da escravidão, contra um modo de vida organizado em torno do comércio de seres humanos. Para os abolicionistas, noções como as de “liberdade” e “valor sagrado da vida humana” não eram abstrações ou ideais vazios; não se tratava de considerar a realidade pelo que ela não é, como fazem geralmente os fanáticos. Dizer que foram o radicalismo e o fanatismo dos abolicionistas que levaram o país à guerra é dizer que se o abolicionismo não existisse, a guerra não haveria ocorrido. Ora, é nisso que Menand diz que os pragmatistas acreditavam. Entretanto, essa é uma simplificação grosseira.

Em primeiro lugar, os abolicionistas, nos Estados Unidos e em todo lugar onde estivessem, não eram compostos somente de pessoas como John Brown. Joaquim Nabuco, a esse respeito, é esclarecedor:

A propaganda abolicionista, com efeito, não se dirige aos escravos. Seria uma covardia, inepta e criminoso, e, além disso, um suicídio político para o partido abolicionista, incitar à insurreição, ou ao crime, homens sem defesa [...] Covardia, porque seria expor outros a perigos que o provocador não correria com

eles; inépcia, porque todos os fatos dessa natureza dariam como único resultado para o escravo a agravação do seu cativeiro; crime, porque seria fazer os inocentes sofrerem pelos culpados, além da cumplicidade que cabe ao que induz outrem a cometer um crime; suicídio político, porque a nação inteira [...] pensaria que a necessidade urgente era salvar a sociedade a todo custo por um exemplo tremendo, e este seria o sinal de morte do abolicionismo de Wilberforce, Lamartine, e Garrison, que é o nosso, e do começo do abolicionismo de Catilina ou de Espártaco, ou de John Brown<sup>9</sup>.

Ora, nem Peirce, nem James e muito menos Dewey seriam capazes de discordar disso. Joaquim Nabuco defende a abolição da escravatura em nome da dignidade e do valor da vida humana, e não há porque acreditar que os pragmatistas daquela época não a defenderiam pelos mesmos motivos, alegando que “dignidade humana” seria uma abstração vazia. A Guerra de Secessão não aconteceu porque um grupo de fanáticos, movidos por acreditar em abstrações, como John Brown, a causou — e nenhum dos pragmatistas “clássicos” pensava isso, como Menand pode querer fazer o leitor acreditar.

A questão é que o movimento abolicionista foi adotado pelo Norte industrializado do país, que precisava de homens livres para o trabalho assalariado. A Guerra foi uma consequência, primeiro, da luta contra a própria escravidão, segundo e principalmente, da luta contra uma economia baseada no latifúndio e na escravidão. Menand deveria se perguntar se o juiz Holmes deixou de defender a União dos Estados Americanos até morrer. “União” foi um conceito, uma *abstração* introduzida por Abraham Lincoln no debate político para escamotear as verdadeiras razões da Guerra e para colocar em segundo plano a luta contra a escravidão<sup>10</sup>. Foi a necessidade de expansão do modo de produção capitalista que levou o país à guerra e, não nos enganemos, os pragmatistas sabiam disso e Lincoln também sabia disso, mesmo que o conceito de “modo de produção capitalista” lhes fosse estranho.

Não seria implausível supor, considerando todas essas questões, que o pragmatismo pudesse ser entendido como uma rejeição do uso que se fez do abolicionismo em favor da Guerra Civil. Menand, todavia, não diz isso; mesmo que dissesse, essa também não seria uma tese simples de ser defendida por ele: talvez Holmes não desabonasse as atitudes de John Brown (ou, ao menos, talvez não as considerasse injustificáveis ou ilegítimas).

Um último ponto. No “Epílogo” de seu livro, Menand escreve:

... o grande movimento de defesa das liberdades civis nos Estados Unidos, durante a Guerra Fria, emergiu de uma comunidade religiosa, os Batistas negros do Sul, e estava fundado sobre a crença de que cada indivíduo tem o

9. Cf. NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*, p. 17-8. Talvez o melhor exemplo de abolicionista oposto a Brown seja o do ex-escravo Frederick Douglass, cujo nome aparece apenas uma vez no livro de Menand, numa rápida menção de sua amizade com Oliver Wendell Holmes, Sr. Sobre Douglass, cf. , dele mesmo, *Autobiographies: Narrative of the Life of Frederick Douglass, An American Slave; My Bondage and My Freedom; Life and Times of Frederick Douglass*.

10. O próprio Menand parece prender-se a abstrações, por exemplo, quando afirma: “Um dos efeitos que a Guerra Civil teve sobre a cultura americana foi substituir o sentimento de seção pelo sentimento de nação ...” [p. 67].

direito inalienável àquelas liberdades por ser humano — precisamente o individualismo que Holmes e Dewey sentiam que deveriam desqualificar. Martin Luther King, Jr. não foi um pragmatista, um relativista ou um pluralista, e é uma questão saber se o movimento que ele liderou poderia realizar o que realizou se suas inspirações tivessem vindo de Dewey e Holmes em vez de Reinhold Niebuhr e Mahatma Gandhi. [p. 441]

De fato, Menand está certo em pensar que o pragmatismo não é um movimento filosófico no qual o indivíduo tenha um lugar privilegiado. Mas a sua conclusão parece ser contraditória com tudo o que escreveu antes. Durante todo o livro, os pragmatistas foram descritos como pensadores avessos a abstrações vazias e valores transcendentos, porque acreditavam que tais abstrações poderiam levar à violência e à intolerância. Sim, isso está certo; basta lembrar a definição de lógica de Peirce citada acima: não há espaço para a intolerância. Surpreendentemente, contudo, Menand conclui afirmando que um dos maiores proponentes da tolerância e da não-violência do século XX, um homem que lutou a vida toda e a perdeu para transformar ideais de compreensão e aceitação da diferença em realidade, que esse homem pautava suas ações de maneira que o pragmatismo possivelmente o rejeitaria. E mais surpreendente ainda, Menand parece não se surpreender com a sua conclusão! Terminamos com duas alternativas: mantendo-se a descrição do pragmatismo que faz Menand, ou o mundo mudou tanto que o pragmatismo envelheceu e não tem mais lugar nas discussões filosóficas do dia; ou há um lugar para Martin Luther King, Jr., e para tudo o que ele representa na luta pela liberdade, no pragmatismo. Mas neste último caso, o pragmatismo não envelheceu, mas permaneceu jovialíssimo diante de um mundo envelhecido que insiste em repetir equívocos guerreiros baseados em morais arcaicas; um mundo envelhecido mas adolescente, porque parece não aprender com os próprios erros. Este pragmatismo busca explicar o plano da conduta e as suas mudanças pela remissão a um conjunto de valores e concepções universais e *vice-versa*; para tal pragmatismo, não há separação dogmática entre teoria e prática. Este pragmatismo, talvez Menand desconheça.

## Referências bibliográficas

ANDERSON, Douglas; HAUSMAN, Carl; ROSENTHAL, Sandra (ed(s)). *Classical American Pragmatism: Its Contemporary Vitality*. Urbana, Illinois: University of Illinois Press, 1999.

BERLIN, Isaiah. *Four Essays on Liberty*. Londres: Oxford University Press, 1969 [em português: *Quatro Ensaios sobre a Liberdade*. Brasília: Editora da UnB, 1981].

DOUGLASS, Frederick. *Autobiographies: Narrative of the Life of Frederick Douglass, An American Slave; My Bondage and My Freedom; Life and Times of Frederick Douglass*. Ed. by Henry Louis Gates. Nova Iorque: Library of America, 1994.

JAMES, William. *The Will to Believe and Other Essays in Popular Philosophy*. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 1979.

McPHERSON, James. *Civil War and Reconstruction*. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1999.



McPHERSON. *Battle Cry of Freedom: The Civil War Era*. Nova Iorque e Londres: Oxford University Press, 1988.

MOUNCE, Howard. *The Two Pragmatisms: From Peirce to Rorty*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1997.

PEIRCE, Charles S. *The Essential Peirce – Selected Philosophical Writings*. Vol. 2 (1893-1913). Ed. by *The Peirce Edition Project*. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press, 1998.

RAWLS, John. *Political Liberalism*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1993 [em português: *O Liberalismo Político*. São Paulo: Ática, 2000].

WILSON, Edmund. *Patriotic Gore: Studies in the Literature of American Civil War*. Nova Iorque e Londres: W.W. Norton & Co., 1994.